

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
MIRANDA DO DOURO

SESSÃO ORDINÁRIA DE 23 DE ABRIL DE 2007

ACTA N.º 2/2007
(CONTÉM 12 PÁGINAS)

Por convocatória do 1º Secretário datada de 10 de Abril de 2007, reuniu, a Assembleia Municipal de Miranda do Douro, na Casa da Cultura Mirandesa, pelas 09.30 horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. INFORMAÇÕES;
2. PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA;
3. APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2007;
4. APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO FINANCEIRO DE 2006;
5. ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE TOPONÍMIA DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO;
6. ANÁLISE DO PROTOCOLO SOBRE “O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE”;
7. APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA.

O 1º Secretário da Mesa, Prof. Belmiro Gonçalves, por não estar presente o Sr. Presidente da Mesa, presidiu à reunião e declarou aberta a sessão quando eram 09.40 horas.-----

Iniciou a sua intervenção por justificar a ausência do Sr. Presidente da Mesa, tendo informado os membros da Assembleia Municipal que a sua ausência se deveu a motivos de agenda no Parlamento.-----

Não estiveram presentes os membros a seguir mencionados, Srs.: Domingos Duarte Lima; Hugo Miguel Rodrigues Picotês; Getúlio Tomás Pires Alves; Carlos Augusto Nunes; Humberto Jorge Alves Meirinhos; Emílio Gonçalves Sebastião.-----

1 – INFORMAÇÕES: -----

O Sr. 1º Secretário, na ausência do Presidente, a presidir à Assembleia, informou que a correspondência foi enviada juntamente com a convocatória.-----

O deputado Nascimento Augusto Afonso falou da Moção enviada pela Assembleia Municipal de Bragança relativa às “Verbas do QREN” e, em seu entender, esta Assembleia Municipal deveria pronunciar-se. A sua proposta, colocada a votação mereceu um parecer favorável. A posição desta Assembleia seria transmitida ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Bragança.-----

Informou, também, que a correspondência recebida posteriormente ao envio da convocatória, estava ao dispor dos presentes em fotocópia. -----

Deu conhecimento aos membros da Assembleia Municipal presentes, do teor da Circ. 53/2007 – AG, endereçada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, relativa ao “Encerramento de serviços públicos” e “Transferência de competência para os Municípios”, recebida na manhã do próprio dia em que a sessão se realizou, ficando o referido documento arquivado na pasta n.º 1/2007 dos documentos anexos às actas da Assembleia Municipal.-----

2 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

Seguiu-se a abertura de inscrições para este ponto, tendo-se inscrito os seguintes membros: -----

Domingos dos Santos Torrão: Falou acerca do desenvolvimento de Miranda do Douro, há uns anos atrás, comparando-o com a actualidade. Mencionou as dificuldades com que hoje nos deparamos neste concelho, criticando o actual governo, que sendo defensor da regionalização, ainda nada fez nesse sentido.-----

Salientou o facto da desertificação que se tem verificado nas aldeias deste concelho, ter provocado gradualmente a degradação das mesmas, em termos patrimoniais.-----

José Augusto Ramos: Aludiu os jogos tradicionais que se realizaram no Nazo, considerou que foi positivo em termos de iniciativa, mas sugeriu que os mesmos deveriam ser organizados de forma diferente, prolongando o tempo das competições, permitindo a selecção de um maior número de equipas, de forma a haver mais competitividade.-----

Francisco Afonso Fidalgo: Convidou todos os membros da Assembleia Municipal, na qualidade de, Presidente da Associação de Agricultores de São Pedro de Silva, a participar no evento da inauguração da obra resultante do contrato-programa celebrado entre aquela Associação e o Ministério da Agricultura, uma vez, estar previsto que vai ser brevemente concluída.-----

Abílio Domingos Pires Barril: Abordou o tema dos estacionamento na cidade de Miranda do Douro, referindo que o Terreiro de São José, junto ao edifício da quartel da G.N.R., inicialmente servia de estacionamento para todos os munícipes, constatando que neste momento se encontra colocado no local um sinal de proibição de estacionamento, vendo-se a população automobilista a estacionar na rua contígua.-----

Perguntou ao Sr. Presidente da Câmara Municipal por que motivo a obra do “Arranjo Urbanístico de Santa Luzia”, se encontra parada, tendo em consideração que a festa em honra de Santa Lúzia vai realizar-se dentro de um mês e meio e o arranjo da zona envolvente à capela ainda não está concluído.-----

Ezequiel Ramos Raposo: Felicitou o Executivo Municipal, pela forma como decorreu o concurso nacional de “Ovinos de Raça Churra Galega”, realizado no Nazo no dia 22 de Abril do ano em curso.-----

Alberto José Raposo: Congratulou o Executivo Municipal pelo concurso realizado no passado dia 22 de Abril, “Concurso Nacional de Ovinos de Raça Churra Galega”.

Agradeceu ao Executivo o facto de terem sido colocados à disposição da população, autocarros para o transporte de pessoas que pretendiam participar da missa celebrada no Domingo de Ramos.-----

Manuel Joaquim Fernandes: Informou o Executivo Municipal da necessidade premente da mandar proceder à pavimentação de algumas vias na freguesia de Vila Chã, bem como, de rectificar o pavimento de determinado aqueduto.-----

Nascimento Augusto Afonso: Leu uma intervenção cujo teor se transcreve: -----

“2007 - O Ano Europeu para a Igualdade de Oportunidades para Todos, pretende , como objectivo geral, sensibilizar a população para os benefícios de uma sociedade mais justa e solidária, através da promoção da igualdade e da não discriminação.-----

Nessa ordem de ideias, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 88/2006 criou na dependência dos Ministros da Presidência e do Trabalho e da Solidariedade Social, a estrutura de missão do Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, cuja missão fundamental é preparar e garantir a execução de um programa de acção para o Ano Europeu.-----

Entendemos que o recurso mais importante da Europa é a rica diversidade da sua população. Sabemos, porém, que parte desta população está privada de iguais oportunidades por causa do sexo, da raça, da etnia, da religião ou crença, da deficiência, da idade ou da orientação sexual.-----

Ora se a Europa se prepara para enfrentar os desafios da globalização e criar mais e melhores empregos, toda a sua população deve ter as mesmas hipóteses e oportunidades.-----

Digamos aos quatro ventos e, sobretudo, acreditemos que a nossa diferença é a nossa força. Assim sendo, é da maior relevância lançar um debate relativamente aos benefícios da diversidade nas sociedades europeias.-----

Segundo um inquérito realizado no âmbito da preparação do Ano Europeu, 51% dos europeus pensam que não se está a fazer o suficiente para combater a discriminação nos respectivos países e 64% de opinião que a discriminação é muito comum.-----

Porém, ao mesmo tempo, o mesmo inquérito confirma que os europeus estão prontos para a mudança neste domínio.-----

Como muito bem diz o Ministro da Presidência, importa tomar consciência do longo caminho já percorrido para a afirmação e garantia dos direitos humanos(...) No entanto é urgente identificar, com realismo, os problemas que ainda subsistem a manter os olhos postos num futuro que queremos mais inclusivo.-----

O Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos, é pois, uma oportunidade ímpar para promover a dimensão da diversidade humana e o respeito pelos direitos fundamentais de todos os cidadãos.”-----

Referiu, relativamente à moção remetida a esta Assembleia Municipal, pela Assembleia Municipal de Bragança, referente à distribuição de verbas do QREN, que o valor previsto no mesmo a ser atribuído ao Nordeste Transmontano, se deve ao facto do isolamento a que somos votados.-----

António Nuno Marcos Rodrigues: Falou acerca do 33.º Aniversário das comemorações do 25 de Abril, tendo referido que a então “Revolução”, promissora de liberdade e desenvolvimento, talvez não esteja a surtir o devido efeito nesta zona do país, dado que temos sido votados ao esquecimento.-----

Francisco António Rodrigues: Agradeceu ao Executivo Municipal o apoio dado para a realização do concurso nacional de “Ovinos de Raça Churra Galega”, bem como à Comissão de Festas do Nazo, ao deputado Alberto Raposo e à Junta de Freguesia da Póvoa, a todos os mencionados pela colaboração prestada.-----

Relativamente ao concurso de “Cães de Guarda”, que integram os rebanhos, disse que são sempre os mesmos cães a ganhar os prémios a distribuir neste concurso, discordando que os melhores prémios sejam sempre atribuídos aos concorrentes que vêm de fora deste Concelho.----

Perguntou, dirigindo-se ao Executivo Municipal, se a água para consumo humano, neste Concelho, se encontra em boas condições para consumo e quem procede ao seu tratamento, se são os próprios serviços da Câmara Municipal, ou se o seu tratamento está a cargo de alguma empresa privada.-----

Lamenta a degradação patrimonial do nosso Concelho, nomeadamente das infra-estruturas públicas, bem como, o encerramento de delegações de instituições públicas.-----

Belmiro dos Anjos Gonçalves: fez uma breve intervenção sobre a reestruturação referindo que desde 1993 as Câmaras Municipais tinham assento nas comissões directivas das Áreas Protegidas.-----

Acrescentou que em 2002 no governo de Durão Barroso, as Câmaras passaram a ter o poder de vetar o nome indicado pelo Governo. É natural, as áreas protegidas devem-se aos municípios, aos nossos maiores (antepassados) como é o caso do PNDI, que o souberam conservar.-----

Com a reestruturação, as Câmaras são afastadas da gestão directa dos parques, passando a ter uma função meramente consultiva, participando nos chamados “conselhos estratégicos”.-----

Disse, ainda, que vários presidentes de Câmara criticaram fortemente e com razão, o afastamento das autarquias. É mais um sinal de centralismo absoluto que o governo tem praticado.-----

O novo modelo de gestão do ICN contempla cinco “superdirectores” nomeados pelo governo. Em cada parque permanecerá um responsável sem qualquer poder de decisão.-----

O novo organograma contempla cinco estruturas: Norte; Sul; Litoral de Lisboa e Oeste; Centro e Alto Alentejo e as zonas húmidas.-----

Em seu entender, que certamente não é esta a melhor maneira de gerir os recursos e os equipamentos.-----

De seguida, referiu que o Sr. Deputado Nascimento Afonso, em 29 de Abril de 2005 dissera que e sempre o ouvia com gosto, o 25 de Abril tinha dado “poder às Câmaras Municipais”. Com a aprovação da Lei das Finanças Locais e com esta reestruturação e, ainda, com o encerramento dos S.A.Ps. a que a seu tempo se referiria, neste momento não pensaria exactamente da mesma maneira!-----

José Augusto Martins Raposo: Considera que faltam lugares de estacionamento nesta cidade, obrigando os senhores automobilistas a estacionar nas ruas, tornando o trânsito caótico.--

Sugeriu que se tomassem as devidas providências a fim de ordenar os estacionamentos e a circulação do trânsito.-----

Salientou o facto de que junto aos organismos públicos não é muito correcto manter estacionamentos permanentes, uma vez que os municípios que se dirigem às repartições públicas não têm acesso a lugares de estacionamento próximos das mesmas.-----

Elogiou o Executivo Municipal e a Comissão de Criadores de Gado Ovino, pela realização de mais um concurso nacional de “Ovinos de Raça Churra Galega”.-----

No entanto, disse que o mesmo se deveria realizar noutros locais deste concelho, uma vez, que existem condições noutras localidades para realizar este tipo de evento, deu o exemplo de na freguesia de Malhadas, onde foi feito um investimento, mais concretamente, as instalações do Mercado Municipal de Gado, reunir todas as características e condições para a realização deste género de eventos.-----

Referiu que à entrada de Malhadas, vindo no sentido Miranda do Douro/Malhadas, deveria ser alvo de arranjo urbanístico, procedendo concretamente à execução dos passeios, prometidos à longa data pelo Executivo Municipal.-----

Informou que o Caminho da Lagoa se encontra em muito mau estado de conservação e que se deveria proceder aos trabalhos de recuperação do mesmo.-----

Sugeriu ainda, que na área pedonal junto ao Douro, deveria ser colocada uma vedação metálica de protecção aos transeuntes.-----

Belmiro dos Anjos Gonçalves: Felicitou o Executivo Municipal e a respectiva Associação pelo concurso de “Ovinos de Raça Churra Galega Mirandesa”, dizendo da sua satisfação pelo facto de, brevemente, o gado ovino mirandês ter certificação de origem.-----

Presidente da Câmara Municipal: Respondeu sucintamente de uma forma geral às intervenções dos membros inscritos para este ponto.-----

Iniciou a sua intervenção, exemplificando que em relação ao passado, actualmente em Miranda do Douro se verifica desenvolvimento, em várias áreas, tais como, restauração e hotelaria, comércio, ensino superior, loteamentos e construção de iniciativa privada, conservação e promoção dos usos e costumes tradicionais das nossas terras, além de termos boa qualidade de vida.-----

Relativamente às vias de comunicação, disse que é de agradecer ao poder central, bem como a desertificação do Nordeste Transmontano.-----

Agradeceu o convite que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Silva fez ao Executivo, para as inaugurações do dia de S. Pedro.-----

Quanto ao estacionamento no Largo de São José, informou que está um projecto em curso para proceder ao arranjo urbanístico daquela área.-----

No que respeita ao arranjo urbanístico de Santa Luzia, junto à capela de Santa Lúzia, informou que faltam apenas pequenos pormenores, concretamente, os assadores e os candeeiros de iluminação pública, e que serão brevemente colocados.-----

Felicitou a Comissão de Criadores de Ovinos de Raça Churra, manifestando que é positivo ver o empenho dos criadores para apresentarem os melhores exemplares.-----

No que concerne ao QREN, informou que só no final do ano em curso é que saberão se vai haver fundos distribuídos para esta zona do país e qual será o seu montante.-----

Referindo-se às comemorações do 25 de Abril, comentou que o seu significado será a abolição de fronteiras.-----

O encerramento da zona agrária, disse, ser de prever, uma vez que já não tinha nenhum técnico afecto. Quanto ao serviço de veterinária, informou que iria reunir no próximo dia 24 de Abril para definir em que situação vai ficar aquele serviço.-----

Informou que a água para consumo humano, está a ser tratada por uma empresa privada, mas que a Câmara Municipal não pode ser responsabilizada pelos actos de alguns Presidentes de Junta deste Concelho, que não permitem que o referido tratamento se efectue conforme o previsto, em virtude das reclamações infundadas de alguns municípios.-----

Referindo-se aos estacionamentos disse, que alguns já existem e outros estão a ser criados, deu como exemplo a zona contigua à Sé Catedral, informando que o IPPAR deu o seu aval para colocar calçada à portuguesa no local referido.-----

Relativamente à colocação de uma vedação metálica no percurso pedonal junto ao Douro, disse que em termos de estética paisagística, talvez não se enquadre.-----

Em relação ao leilão de gado, referiu que o mesmo poderá vir a realizar-se noutras freguesias do Concelho.-----

Quanto ao arranjo do Caminho da Lagoa, comentou que o mesmo será tratado a seu tempo.-----

Vereador Américo do Vale Tomé: Referiu, relativamente ao concurso de “Ovinos de Raça Churra Mirandesa”, o aumento significativo do valor dos prémios atribuídos; quanto ao local onde o concurso se realiza não é preponderante, pelo que poderá vir a realizar-se noutros locais.-----

Informou que o número de criadores de ovinos aumentou desde o ano anterior até à presente data.-----

Alberto José Raposo: Disse, em resumo e sem mais comentários, que não se admirava nada que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Malhadas quisesse que o concurso se deveria realizar naquela freguesia.-----

Francisco António Rodrigues: Na qualidade de Presidente da Comissão de Criadores de Ovinos de Raça Churra, informou os presentes que a realização do concurso obedece a princípios que devem ser seguidos e concretizados.-----

3 - APROVAÇÃO DA ACTA DO DIA 26 DE FEVEREIRO DE 2007: -----

Não se tendo verificado por parte de nenhum membro a intenção de se inscrever para discutir este ponto, foi colocada a votação, tendo sido aprovada por maioria, dado que o deputado Luís José Gonçalves Viana, se absteve por não ter estado presente na sessão anterior.---

4 - APRECIÇÃO DO RELATÓRIO DE ACTIVIDADES E PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTES AO ANO FINANCEIRO DE 2006:-----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Augusto Ramos: leu a sua intervenção cujo teor se transcreve:-----

“Os documentos da Prestação de Contas, têm por finalidade apresentar a actividade desenvolvida pelo Executivo da Câmara Municipal, durante o Ano de 2006.-----

As contas estão elaboradas de harmonia com a legislação em vigor, a qual lhe dá suporte legal.-----

No ano de 2006, a execução orçamental atingiu um índice de realização do orçamento de 63,76%, a que corresponde um montante de despesa de 12.752.962,37 €. É uma execução razoavelmente boa.-----

As receitas de capital correspondem a 58% das receitas totais da autarquia, ou seja, 7.779.957,31 €.-----

As despesas de capital correspondem a 57% das despesas totais da autarquia, ou seja, 7.227.147,45 €.-----

As receitas correntes correspondem a 42% das receitas totais da autarquia, ou seja, 5.698.078,33 €.-----

As despesas correntes correspondem a 43%, das despesas totais da autarquia, ou seja, 5.525.818,92 €.-----

Devido à receita global ser superior à despesa global, em 725.073,27 €, aumentou o saldo da gerência para o ano seguinte, de igual valor.-----

No ano de 2006, a despesa foi inferior a 189.150,44 € do que em 2005.-----

No ano de 2006, a receita foi superior em 255.293,55 €, do que em 2005.-----

As transferências de capital são as mais significativas, representam 78,03%.-----

Os mapas existentes no Relatório de Gestão, apresentam as importâncias das Receitas Correntes, das Receitas de Capital, das Despesas Correntes e das Despesas de Capital, fazendo comparação entre o ano de 2006 e o ano de 2005.-----

As despesas de capital mais significativas, foram a aquisição de Bens de Capital, 6.091.945,03 €, ou seja 84,29%. Comparativamente a 2005, as despesas de capital, em 2006, aumentaram 6,5%.-----

O Plano Plurianual de Investimento, corresponde a uma execução de 39,37%, mas em termos de recursos financeiros, absorveu 45,20% das receitas da autarquia.-----

Os maiores investimentos foram canalizados nas funções sociais, nomeadamente, ordenamento do território, saneamento, abastecimento de água e protecção do meio ambiente, em que foram investidos 4.470.817,10 €, a que corresponde 73,39% dos investimentos da autarquia, melhorando a qualidade de vida dos mirandeses.-----

Na execução do Plano Plurianual de Investimentos, a autarquia foi buscar ao FEDER, a importância de 3.055.362,92 €, de fundos comunitários, o que me parece ser uma medida bem acertada.-----

A autarquia terminou o ano económico com a dívida global de 10.201.372,58 €, apresentando em relação a 2005 um crescimento de 2.240.448,45 €, 28,10%.-----

A dívida atingiu estas proporções, pelo aumento do saldo da gerência e pelo atraso do pagamento do FEDER, o que se presume que a curto prazo venha a diminuir.-----

A dívida aos bancos é de 5.025.336,40 €, ou seja 49%; a fornecedores é de 1.795.839,04 €, ou seja 18%; e a empreiteiros, 3.380.197,14 €, ou seja, 33%. A dívida a curto prazo é de 5.176.036,18 €, que corresponde a 51% da dívida total.-----

O débito bancário é de 5.025.336,40 € e as amortizações são de 669.396,83 €.-----

A autarquia se necessitar, ainda pode recorrer ao crédito bancário, por não ter esgotado a capacidade de endividamento, conforme consta no último mapa do Relatório de Gestão.-----

As Despesas de Capital são superiores às Despesas Correntes. O Executivo continua a seguir a política dos Fundos Comunitários e no desenvolvimento do concelho e na melhoria do nível de vida dos mirandeses.-----

A Gestão considera-se eficiente em relação à aplicação dos recursos financeiros.-----

Em minha opinião a Conta de Gerência está bem elaborada, onde o Doutor Carlos, Economista da Câmara Municipal, realça os seus conhecimentos profissionais e técnicos.”-----

Carlos do Nascimento Ferreira: Disse existirem duas questões fundamentais e de relevância altamente negativa, relativamente aos documentos a serem analisados.-----

A taxa de execução e o aumento da dívida da Câmara Municipal.-----

Pelos motivos mencionados, o apreço que fez acerca do Relatório de Actividades e Prestação de Contas referentes ao ano financeiro de 2006 foi negativo. Apelando ao grupo parlamentar do P.S. que sejam unânimes relativamente ao seu sentido de apreciação.-----

Aquilino José Morete Ginjo: Chama a atenção para a parte em que os documentos analisados mencionam a transferência de verbas para as Juntas de Freguesia, onde constatou que a segunda Junta de Freguesia mais beneficiada, foi a de Cicouro, solicitando que o esclareçam em relação ao assunto, justificando por que motivo tal se verifica.-----

António Nuno Marcos Rodrigues: Fez uma apreciação favorável dos documentos em análise, expondo por que motivo tomou tal atitude.-----

Apelou ao grupo parlamentar do P.S.D. que o sentido de apreciação seja positivo, aconselhando o grupo parlamentar do P.S. a reflectir acerca do seu sentido de apreciação.-----

Francisco António Rodrigues: Fez das palavras do deputado António Nuno Marcos Rodrigues as suas próprias palavras, dando também o seu cunho pessoal na análise dos documentos, terminando a sua intervenção dando apreço positivo ao Relatório de Actividades e Prestação de Contas referentes ao ano financeiro de 2006.-----

Belmiro dos Anjos Gonçalves: Usando da palavra disse: -----

Começou por referir que leu a acta da Reunião de Câmara de 2 de Abril de 2007, sobre este assunto.-----

Afirmou que, globalmente, lhe pareceu uma análise mais ou menos cuidada. Em termos de conteúdo apenas disse que poderia discordar ou concordar. Em termos formais, registou uma simples observação: quando se faz uma declaração de voto, a mesma só é possível após a votação. Acrescentou não lhe parecer razoável uma declaração de voto, sem votar ou antes de votar.-----

De seguida, enumerou os motivos pelos quais apreciava favoravelmente o Relatório de Actividades e o Relatório de Contas, a saber:-----

1. Grau de execução muito aceitável, 64%.-----
2. Na realidade, o aumento da dívida é expressa pelo valor de 4,3%.-----
3. A Câmara Municipal soube aproveitar os fundos comunitários só é pena que ainda não tenham sido recebidos.-----
4. As despesas com o pessoal, aumentaram 1,5%, mas essencialmente devido ao aumento das despesas relativas à Segurança Social.-----

Registou, com agrado, a obra realizada, salientando, saneamentos em Teixeira, Granja e Fonte Ladrão, Pavilhão multi-usos e acessibilidades a Duas Igrejas, Vila Chã, Palaçoulo, Atenor e Duas Igrejas – Cruz das Antas – Sendim. Mencionou, particularmente, a obra de requalificação do Rio Fresno. Afinal concorda com o relatório apresentado pelo Sr. Presidente e, por isso, aprecia, favoravelmente esta Conta de Gerência.-----

Presidente da Câmara Municipal: Respondeu sucintamente às questões colocadas pelos intervenientes.-----

Colocados a votação, o Relatório de Actividades e Prestação de Contas referentes ao ano financeiro de 2006, foram apreciados favoravelmente por maioria, tendo-se verificado uma abstenção, por parte do deputado Jacinto dos Santos Afonso e, cinco votos contra, dos deputados Carlos do Nascimento Ferreira, Nascimento Augusto Afonso, Alfredo José Garcia Cameirão, Alberto José Raposo e Carla Sandra Almeida Vaz Rodrigues.-----

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar este ponto em minuta.---

5 - ELEIÇÃO DE UM ELEMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA INTEGRAR A COMISSÃO DE TOPONÍMIA DO CONCELHO DE MIRANDA DO DOURO: -----

Vereador António de Castro Carção: Esclareceu que um dos elementos que fazia parte constituinte da Comissão Municipal de Toponímia, nomeadamente, o ex-deputado Albino dos Santos Pires Afonso, já não faz parte desta Assembleia Municipal, havendo necessidade de eleger um novo membro, pelo que, o assunto a tratar, seria a eleição de um novo elemento de entre os membros da Assembleia Municipal, para fazer parte integrante daquela Comissão.-----

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

José Abílio Gonçalves: Em representação do Grupo Parlamentar do P.S.D., indicou o deputado Manuel dos Santos M. Curralo.-----

Nascimento Augusto Afonso: Em representação do Grupo Parlamentar do P.S. indicou o deputado Carlos do Nascimento Ferreira, pela sua formação e pela sua dedicação.-----

Orlando Seixas Vaqueiro: Concordeu com a indicação do deputado Nascimento Augusto Afonso apresentou, face aos conhecimentos que o membro referido possui, e, por já ter trabalhado na área.-----

José Augusto Martins Raposo: Relativamente à Comissão de Toponímia, falou acerca do ordenamento urbano na cidade, concretamente, da identificação das ruas e dos números de polícia das casas. Sugeriu que deveria investir-se na sinalização, para facilitar o

tráfego automobilístico e de peões, procedendo até à alteração do sentido do trânsito, para torná-lo mais fluido e descongestionado, principalmente, o Centro Histórico da cidade.-----

Belmiro dos Anjos Gonçalves: explanou que a Comissão Municipal de Toponímia é importante tendo em consideração que ainda há casas que não têm número de polícia e os nomes das ruas por vezes divergem, o que dificulta, por exemplo a recepção e entrega da correspondência.-----

Não havendo mais inscrições, procedeu-se ao escrutínio de eleição do elemento representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal de Toponímia, tendo sido o resultado obtido o seguinte: 2 (duas) abstenções, 12 (doze) votos a favor do deputado Manuel dos Santos M. Curralo e, 13 (treze) votos a favor do deputado Carlos do Nascimento Ferreira.---- Assim, foi eleito para integrar a Comissão referida, o deputado Carlos do Nascimento Ferreira.---

6 - ANÁLISE DO PROTOCOLO SOBRE “O FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE”:

Inscreveram-se para intervir neste ponto os seguintes membros da Assembleia Municipal:-----

Presidente da Câmara Municipal: Informou os membros da Assembleia Municipal, relativamente ao protocolo, o procedimento adoptado para a celebração do mesmo e de como ficam a funcionar os Serviços de Saúde do Concelho após a sua assinatura.-----

Considerou que a forma como todo o processo se desenvolveu, foi um acto de ditadura.-----

José Abílio Gonçalves: Expôs a sua opinião acerca do assunto, tendo referido os inconvenientes do protocolo celebrado e, reprovando a forma autoritária como o actual Governo procedeu em todo o processo.-----

Alfredo José Garcia Cameirão: Manifestou o seu descontentamento em relação à celebração do protocolo. Comentou que eventualmente poderia ter havido alguma pressão por parte do Sr. Presidente da Assembleia Municipal (Dr. Duarte Lima), junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal para que assinasse o protocolo referido.-----

Considerou ser uma grande ironia, o facto, do protocolo ter sido celebrando pouco depois do 25 de Abril, tendo em conta o significado deste dia a nível nacional.-----

José Augusto Martins Raposo: Fez uma retrospectiva relativamente ao processo de manter os organismos de saúde neste Distrito. Considerou o procedimento adoptado, condenável, concluindo que o cerne da questão se coloca com a distribuição dos médicos em todo o país. Considerou também, que a questão se prende com a planificação, racionalismo e despesas com os médicos em actividade.-----

Manifestou-se solidário para com a pessoa do Sr. Presidente da Câmara Municipal, nesta questão, alegando que o 25 de Abril está a funcionar no sentido inverso, relativamente à centralização dos serviços, em vez de se proceder à descentralização.-----

Belmiro dos anjos Gonçalves: Manifestou-se inteiramente solidário com a globalidade das intervenções anteriores.-----

Citou, a título de exemplo, alguns autarcas do Distrito que estavam contra o encerramento dos SAPs ” mas que, afinal, assinaram o protocolo.-----

Deixo a pergunta, e porquê?-----

Referiu, ainda, que o autarca de Murça disse a uma rádio local que nunca assinaria um protocolo igual aos do Distrito de Bragança e que da parte da Câmara e da Assembleia Municipal havia luz verde para tomar as medidas entendidas por convenientes!-----

Para terminar, disse que somos titulares de direitos fundamentais e, particularmente do “Direito à Saúde” e deste não abdicamos.-----

A Lei 196/99, de 18 de Setembro, na alínea m), do seu art.º53º, quando fala das competências da Assembleia Municipal diz textualmente “Tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia.”-----

Perguntou, indignado: será que a saúde não tem cabimento aqui? -----

Continuando, afirmou que a nossa gente das terras de Miranda vive essencialmente da agricultura. Esta gente que apenas conhece as dificuldades, o lado difícil da vida e os problemas da vida do campo. Trabalha de sol a sol e as suas propriedades fazem parte da família. Por isso, as tratam com dedicação.-----

Agora até o MAP sai do nosso concelho e nós sabemos como os nossos agricultores têm grande dificuldade de mobilidade!-----

Se durante a noite se encontravam doentes sabiam que no Centro de Saúde se encontrava um médico. E agora? Enfim, uma comissão técnica assim decidiu.-----

Mas disse que, em Lisboa no Curry Cabral, a comissão técnica entendeu que a urgência era para fechar. Mas o senhor Ministro não aceitou a decisão técnica e tomou a decisão política no sentido dos serviços continuarem abertos quando aí há mais serviços ao lado!-----

Qual o motivo por que não fez o mesmo no Nordeste e concretamente em Miranda, uma zona periférica, tomando e, aqui com razão, uma decisão política? Talvez aqui não haja votos! Nós não temos serviços próximos! -----

Até por Espanha temos de circular e em casos de maior gravidade, o doente acompanhado por um técnico de saúde, tem de suportar curvas e mais curvas da estrada nacional para chegar a Bragança mais que “morto”!-----

Dirigindo-se ao Senhor Presidente da Câmara, referiu que tinha assinado o protocolo de encerramento do SAP durante a noite. E acrescentou que o fez para evitar ficar sem nada. Fê-lo porque foi pressionado como V. Exciª disse na comunicação social. Até colocou gravata preta em sinal de luto. Os mirandeses, creio que aplaudem o gesto.-----

É curioso! O Senhor Presidente limitou-se a pedir que lhe dessem tempo para consultar a Câmara e esta Assembleia Municipal e obteve um rotundo não. Concorda inteiramente com ele: “é a política da ditadura”.Disse, ainda, estranhar que um protocolo assinado há dias, merecesse da Sub-Região de Saúde de Bragança um esclarecimento e que só depois da avaliação é que se veria o momento certo para encerrar definitivamente os SAP’s. O interveniente disse que o protocolo é taxativo e falava num espaço temporal de um ano e, entretanto, chegariam as viaturas de emergência que deveriam ser muito velozes nestas sinuosas estradas e a Câmara teria, ainda, de construir um “heli-porto”! Dito e feito, somos portugueses de segunda! Tudo em nome da eficiência e da qualidade! Isto sem falar, globalmente, nos aumentos das taxas moderadoras em meios de diagnósticos e actos médico-cirúrgicos e taxas de internamento.-----

O Senhor Ministro tratou muito mal os doentes!”-----

Informou ter uma moção para entregar, mas que primeiro, gostaria que a Assembleia Municipal se pronunciasse sobre este ponto da agenda.-----

Presidente da Câmara Municipal: Disse que o S.A.P. não fecha nesta fase, mas posteriormente. Informou como vai passar a funcionar o serviço de saúde a partir deste momento. Manifestou a sua preocupação relativamente aos meios disponíveis no terreno, não acredita que funcionem, ou que sejam suficientes para o bom funcionamento dos serviços de saúde.-----

Afirmou que para os utentes da terceira idade não vai ser fácil contactarem o 112, serviço nacional de urgências, pelas dificuldades naturais que lhes podem surgir.

Informou que não foi pressionado pelo Sr. Presidente da Assembleia Municipal, no que se refere à celebração do protocolo, apenas lhe disse que fizesse o que considerasse melhor para o Concelho.

Orlando Seixas Vaqueiro: Do seu ponto de vista, considerou que neste momento o S.A.P. muda apenas o seu funcionamento e, que o atendimento no referido serviço de saúde se mantém. Disse que aceitava o facto do Sr. Presidente da Câmara Municipal ter assinado o protocolo, por ter considerado, que se tratou de um acto imperativo.

Belmiro dos Anjos Gonçalves: Usou da palavra, para apresentar a dita moção, na sequência da celebração do protocolo assinado entre este Município e o Ministério da Saúde, que se transcreve:

-----MOÇÃO-----

“Nos termos da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, artigo 53.º, ponto 1, alínea m), que reza (tomar posição perante os órgãos do poder central sobre assuntos de interesse para a autarquia), dizemos: o respeito pelas instituições democraticamente eleitas é um dever de um estado democrático. É humano ser sensível à dor e ao sofrimento e é importante defender o direito fundamental, o direito à saúde.

Assim:-----

1.É inacreditável que o Governo, unilateralmente, tenha decidido, por motivos dúbios, num primeiro momento, fechar o S.A.P. durante o período nocturno sem ouvir o poder local nomeadamente a Câmara Municipal e a Assembleia Municipal. Será uma posição digna e transparente?

2.Será compreensível à luz da deusa razão, não permitir que o Senhor Presidente da Câmara, como porta-voz do município, tenha tempo para auscultar o pensar daqueles que o povo mirandês escolheu como seus dignos representantes quer na Câmara, quer na Assembleia?

3.Será legítimo que o Presidente do Município seja “pressionado”, para assinar um protocolo em que nos são retidos serviços de saúde?

4.Por que motivo, o Senhor Ministro, tendo esse poder, não tomou por sua e única iniciativa a decisão de fechar?

5. Por que motivo quis associar o Presidente da Câmara a essa decisão dado que é ao Ministério da Saúde que compete prestar a tempo inteiro esses mesmos serviços de saúde? Não será para lançar sobre ele o odioso da situação?

6.As pessoas não são números e como tal não se pode olhar para elas numa lógica de diminuição de custos.

7.Será que a questão específica deste concelho quanto às acessibilidades não será de ter em conta? É que todos conhecem casos em que os serviços continuaram porque as acessibilidades eram más. As nossas, para a capital de Distrito, não são más, são péssimas. Será que o Senhor Ministro não conhece a nossa realidade?

8.É propósito da Câmara Municipal apostar decididamente no Turismo. Será que as pessoas ao terem conhecimento de que à noite, não há serviços de saúde, quererão pernoitar em Miranda?

9.A apresentação do protocolo foi feita coerentemente ou democraticamente imposta?

10.Neste caso, estender a mão à esmola, não tem sentido porque somos credores do país e temos que reivindicar esses créditos. Em boas contas, os créditos pagam-se.

Pelos considerandos acima, vimos junto de V. Excia manifestar a mais profunda indignação e solicitar a revogação do famigerado protocolo.”

A “Moção, colocada a votação, foi aprovada por maioria, com as abstenções dos seguintes membros: Orlando Seixas Vaqueiro; Carlos do Nascimento Ferreira; Carla S. A. Vaz Rodrigues; Nascimento Augusto Afonso e Aquilino Morete Ginjo.-----

Nascimento Augusto Afonso: Esclareceu quais os motivos que o levaram a abster-se relativamente à votação da moção apresentada pelo deputado Belmiro Gonçalves. Disse que a saúde dos mirandeses não está em causa, tendo considerado que a moção apresentada é um “tudo-nada” politizada. Considera que depois de recolher mais informação, então poderiam chegar a um objectivo comum.-----

Carlos do Nascimento Ferreira: Concordou na generalidade com a opinião de todos os membros intervenientes, mas disse, que não redigiria a moção de uma forma tão politizada.-----

Carla Sandra Almeida Vaz Rodrigues: Disse que fazia suas, as palavras dos deputados Nascimento Augusto Afonso, e Carlos do Nascimento Ferreira.-----

Considerou que a moção apresentada tem um carácter politizado e que deveria ser redigida uma outra moção em conjunto.-----

7 - APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO A PRESTAR PELO SR. PRESIDENTE DA CÂMARA: -----

Não se tendo verificado por parte de nenhum dos membros a intenção de se inscrever para discutir este ponto e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia Municipal, em exercício de funções, deu por concluída a sessão, pelas 13 hora e 30 minutos, da qual se lavrou a presente acta que vai ser assinada nos termos da Lei.-----

O Presidente: _____

Os Secretários: _____

Belmiro Gonçalves
Presidente da Assembleia Municipal
Carla Sandra Almeida Vaz Rodrigues
Secretária
João Afonso
Secretário